



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

*EDITAL DE LICITAÇÃO*

*MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL*

*Nº 010 /2016*

(Contratação de empresa especializada, através de Registro de Preços, em serviços de lanches, coquetéis, almoços e jantares para atendimento de eventos solenes oficiais, institucionais, inaugurações, aberturas e/ou encerramentos de eventos e/ou encontros, treinamentos, reuniões, cursos, seminários e visitas , a exemplo do Conhecendo o Judiciário, promovidos e/ou apoiados pelo Tribunal de Justiça e nas unidades da grande João Pessoa).

*ABERTURA: 19 de agosto de 2016, às 10:00 horas*



**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA** torna público para ciência dos interessados, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeado pela portaria nº **2.319/2015, publicada no Diário da Justiça de 09 de novembro de 2015**, que realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, de acordo com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, como também a Resolução TJPB nº 15/2014 de 12/09/2014, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, na forma abaixo. Os documentos de credenciamento, a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, a proposta de preços (envelope 1) e a documentação de habilitação (envelope 2) deverão ser entregues na sala da comissão de Licitação/ Pregão, Anexo Administrativo Archimedes Souto Maior, 5º andar, Praça Venâncio Neiva, s/n, Centro, João Pessoa – PB, no **dia 19 de agosto de 2016, às 10:00 horas (horário local)**, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente naquela data, ocasião em que se dará início ao credenciamento dos licitantes e aos demais procedimentos pertinentes.

## **1 – DO OBJETO**

1.1 – O objeto desta licitação é a Contratação de empresa especializada, através do Registro de Preços, em serviços de lanches, coquetéis, almoços e jantares para atendimento de eventos solenes oficiais, institucionais, inaugurações, aberturas e/ou encerramentos de eventos e/ou encontros, treinamentos, reuniões, cursos, seminários e visitas (a exemplo do Conhecendo o Judiciário) promovidos e/ou apoiados pelo Tribunal de Justiça e unidades da grande João Pessoa, conforme as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência, fornecido e elaborado pela Gerência de Contratação desta Corte de Justiça.

## **2 – DOS ANEXOS**

2.1 – Integram este edital

**Anexo I – Termo de Referência;**

**Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;**

**Anexo III – ( NAO SE APLICA)**

**Anexo IV – Credenciamento;**

**Anexo V – Modelo de declaração de que não há superveniência de fato impeditivo para habilitação;**

**Anexo VI – Modelo de Declaração de que não Emprega Mão de Obra Infantil;**

**Anexo VII – Modelo da Declaração de Habilitação;**

**Anexo VIII – Modelo de Termo de Compromisso de que não emprega cônjuge ou parente de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membro ou de juiz vinculado ao Tribunal de Justiça da Paraíba;**

**Anexo IX – Modelo de Requisição /Lanches;**

**Anexo X – Recibo.**

## **3 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**3.1** – O presente Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer item, especificação ou detalhamento de proposta, constante em um desses documentos, mesmo que ausente no outro, serão considerados válidos e eficazes.

## **4 – DA PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação que apresentarem, **dia 19 de agosto de 2016, às 10:00 horas**, ao Pregoeiro, em sessão pública, no endereço constante no preâmbulo deste edital:

**a)** os documentos de credenciamento, em separado dos envelopes 1 e 2;

**b)** a declaração de que atende aos requisitos de habilitação para participar do presente procedimento licitatório, cujo modelo consta do Anexo deste edital, em separado dos envelopes 1 e



- 2;  
c) a proposta de preços (envelope 1);  
d) os documentos de habilitação (envelope 2).

#### **4.2. Não poderão participar desta licitação as empresas:**

- 4.2.1.** Cuja falência tenha sido decretada, em concurso de credores, em dissolução, em liquidação e em consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 4.2.2.** Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Tribunal de Justiça da Paraíba.
- 4.2.3** Estejam incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União - CGU, no site <http://www.transparencia.gov.br/ceis/>;
- 4.2.4** Estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa – CNIA, no site [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br);
- 4.2.5.** É vedada, a partir da habilitação, e até enquanto durar o prazo de fornecimento dos referidos materiais a contratação de empregado que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
- 4.2.6.** Tenham objeto social incompatível com o objeto licitado, de acordo com a Tabela CNAE.

### **5 – DO CREDENCIAMENTO**

**5.1.** No local, data e hora indicados no preâmbulo deste edital e na presença do Pregoeiro, será realizado o credenciamento do interessado ou seu representante legal. Para tanto, obrigatoriamente, será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- 5.1.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo eventual da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;
- 5.1.2.** Procuração particular ou carta de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo do Anexo III a este edital, estabelecendo poderes para representar o licitante, expressamente quanto à formulação de lances verbais e a praticar todos os demais atos inerentes ao Pregão, acompanhada, conforme o caso, de um dos documentos citados no subitem 5.1.1;
- 5.1.3.** O ato constitutivo ou outros documentos referidos no item 5.1.1, também servirá para fins de confirmação de poderes para subscrevê-la, ou ainda cópia de traslado de procuração por instrumento público, na hipótese de representação por meio de prepostos;

**5.2.** O representante da licitante presente à sessão deverá entregar ao Pregoeiro o documento de credenciamento acompanhado da respectiva cédula de identidade ou equivalente, bem como a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, em separado dos envelopes “**Proposta de Preços**” e “**Documentos de Habilitação**” ;

**5.3.** Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou conferido por servidor desta Comissão, inclusive o Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio, preferencialmente, no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;

**5.4.** A cada licitante que participar do certame será permitido somente um representante para se manifestar em nome do representado, desde que autorizado por documento de habilitação legal, vedada à participação



de qualquer interessado representando mais de um licitante, ressalvados os casos em que os licitantes não estejam concorrendo para o mesmo lote do objeto do certame, quando será admitida a participação do mesmo representante para lote diversificado, se for o caso. Referido representante poderá ser acompanhado por outras pessoas, que poderão assessorá-lo, sendo vedada a manifestação de qualquer natureza por essas outras pessoas;

**5.5.** A não apresentação ou incorreção de qualquer documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento do licitante ou de seu representante legal à sessão, inviabilizará a participação do mesmo no certame. Neste caso, o portador dos envelopes poderá assistir apenas como ouvinte, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação em ata ou mesmo de se manifestar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos, ressaltando que quando a documentação de credenciamento estiver, por lapso, dentro de quaisquer dos envelopes (1 ou 2), o respectivo envelope será entregue ao licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto, com o intuito de ampliar a disputa;

**5.6.** Recomenda-se que todos os representantes dos licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva, sob pena de decadência do direito ao recurso.

**5.7.** Comprovar o seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, **exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que queira se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido, na presente licitação, caso necessário, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou ainda, comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, para ter direito ao mesmo benefício anteriormente mencionado;**

## 6 – DA PROPOSTA

**6.1.** A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado e preferencialmente timbrado da empresa, bem como ser preenchida em papel timbrado do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ainda estar datada, assinada e com todas as páginas e anexos devidamente rubricados trazendo em sua parte externa os dizeres como o seguinte:

**Envelope 1 – PROPOSTA DE PREÇO**  
**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Pregão Presencial nº 010/2016**  
**(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)**

**6.1.2.** Preencher, necessariamente, os seguintes requisitos:

- a) ser datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos;
- b) atender às especificações mínimas do objeto, conforme especificações constantes do Anexo I;
- c) conter a cotação de preço unitário e global em moda corrente do país para o objeto da presente licitação, incluídos todos os impostos, taxas e demais encargos pertinentes;
- d) estar datada e assinada por pessoa juridicamente habilitada; de aceitação tácita.
- e) número do CNPJ da matriz ou outro estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente aos serviços ora licitados, indicação essa, indispensável para efeito de empenho da despesa e realização do pagamento nos termos do Capítulo 12, deste edital.

**6.2.** Não será aceita oferta de materiais/produtos com característica diferente da indicada no Anexo I deste edital.



**6.3.** A apresentação das propostas implicará plena na aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital.

**6.4.** Os preços apresentados devem:

- a) refletir os de mercado no momento;
- b) compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, fretes, seguros e etc...;
- c) não ser reajustável durante a validade da proposta;

**6.5.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a partir da data constante no subitem 4.1;

**6.6.** Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de valores, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que não estejam ressalvados;

**6.7.** O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, observadas as condições previstas no subitem 16.6 e 16.7 deste edital, implicará na desclassificação do licitante.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** A documentação de habilitação deverá:

**7.1.1.** Ser apresentada em envelope lacrado, preferencialmente da empresa, trazendo em sua parte externa dizeres como os seguintes:

**Ao Pregoeiro Oficial do  
Tribunal de Justiça da Paraíba  
Pregão Presencial nº 010/2016  
Envelope 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)**

**7.1.2.** E constar do seguinte:

**7.1.2.1. Empresa já cadastrada, conforme artigos 34 a 37 da Lei nº 8.666/93:**

**a)** CRC – Certificado de Registro Cadastral deste Tribunal de Justiça ou SIREF – Sistema Integrado de Registro de Fornecedores do Estado da Paraíba, vigente, que atenda aos requisitos previstos na Lei nº 8.666/93, em substituição à documentação concernente à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal, no qual deverá constar, impreterivelmente, os prazos de validade de cada documento, se for o caso, assegurado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão. Não será aceito o registro cadastral do SICAF, em virtude deste Órgão não ser abrangido pelo referido sistema, conforme disposição do parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 3.555/2000;

**b) Qualificação Técnica**

b.1). Apresentar Licença de Funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, dentro do prazo de validade; ou declaração de que, caso venha ser vencedora do certame a mesma apresentará, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, a Licença de Funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

b.2). A licitante deverá comprovar que possui nutricionista, maître e segurança, ou caso não possua,



declarar que se compromete a contratar tais profissionais caso a empresa venha ser vencedora, ou seja, quando da realização dos eventos de que trata o Lote 2, sem que represente qualquer ônus adicional a Contratante.

b.2.1) A comprovação do subitem b.2, de que os profissionais pertence ao quadro da empresa, se dará através da apresentação de 01 (um) dos documentos relacionados a seguir (Em conformidade com o Acórdão TCU nº 498/2013 – Plenário):

1. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS
2. Contrato de Prestação de serviços, em vigor.
3. Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita através de apresentação do Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
4. Declaração de Contratação Futura do profissional, desde que acompanhada de Declaração de Anuência do Profissional.

**b.3). Caso a empresa não possua matriz e/ou filial em João Pessoa-PB ou em sua região metropolitana, a licitante deverá emitir Declaração direcionada ao certame, em papel timbrado, firmado pelo representante legal da empresa, de que, caso venha ser vencedora, manterá sede e/ou filial em João Pessoa-PB, ou em sua região metropolitana, com capacidade operacional e alvará de funcionamento em pleno vigor para prestar os serviços objeto do contrato e solucionar qualquer demanda da administração. O CONTRATADO deverá comprovar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da Assinatura da Ata de Registro de Preços, o cumprimento desta obrigação.**

e) Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo ANEXO ao presente edital;

d) Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo ANEXO ao presente edital;

e) Termo de Compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal de Justiça, na forma do art. 3º da Resolução nº 07/2005, de 18 de outubro de 2005, com a redação dada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, conforme modelo constante ANEXO ao presente edital;

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista dentro do prazo de validade, conforme Lei nº 12.440/2011, de 07 de julho de 2011, no caso de não estar incluso no Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou no Sistema Integrado de Registro de Fornecedores (SIREF).

**7.1.2.2. Empresas não cadastradas** deverão apresentar a seguinte documentação:

**a) Habilitação Jurídica:**

a.1) Registro comercial, no caso de empresa individual;

a.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo eventual da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, observando-se que citada documentação ficará dispensada, nesta ocasião, se apresentada cópia quando do credenciamento do representante do licitante;

**b) Qualificação Econômico-Financeira:**



**b.1)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extra judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias consecutivos da data prevista para abertura da licitação, quando não determinado outro prazo.

### **c) Qualificação Técnica**

c.1). Apresentar Licença de Funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, dentro do prazo de validade; ou declaração de que, caso venha ser vencedora do certame a mesma apresentará, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, a Licença de Funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

c.3). Caso a empresa não possua matriz e/ou filial em João Pessoa-PB ou em sua região metropolitana, a licitante deverá emitir Declaração direcionada ao certame, em papel timbrado, firmado pelo representante legal da empresa, de que, caso venha ser vencedora, manterá sede e/ou filial em João Pessoa-PB, ou em sua região metropolitana, com capacidade operacional e alvará de funcionamento em pleno vigor para prestar os serviços objeto do contrato e solucionar qualquer demanda da administração. O CONTRATADO deverá comprovar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da Assinatura da Ata de Registro de Preços, o cumprimento desta obrigação.

### **d) Da Regularidade Fiscal:**

**d.1)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;

**d.2)** prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal,( Através de documento ou certidão que possua o número da inscrição, ex. Alvará CND municipal e etc), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou de sua isenção;

**d.3)** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social** (contribuições sociais), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;

**d.4)** prova de regularidade com a:

I) Fazenda Estadual, e;

II) Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou documentos equivalentes, na forma da Lei;

**d.5)** prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

**d.6)** Certidão Negativa de Débito Trabalhista, dentro do prazo de validade, conforme Lei nº 12.440/2011, de 07 de julho de 2011.

**d.7) As certidões fiscais positivas de débitos com efeitos negativos, terão os mesmos efeitos das certidões de débitos negativos.**

**e)** Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo ANEXO ao presente edital;

**f)** Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este



Tribunal de Justiça, na forma do art. 3º da Resolução nº 07/2005, de 18 de outubro de 2005, com a redação dada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, conforme modelo constante ANEXO ao presente edital;

g) Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo ANEXO ao presente edital;

**7.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**7.2.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.3.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou autenticada por servidor desta Comissão, inclusive o Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;

**7.4.** Todos os documentos **relativo a regularidade fiscal**, apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos materiais, se for o caso):

**7.4.1.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

**7.4.2.** Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

**7.4.3.** Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

**7.4.4.** Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**7.5.** O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, observadas as condições previstas nos subitens 16.6 e 16.7 deste edital, implicará na inabilitação do licitante;

## **8. DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**8.1 A Contratada deverá entregar as refeições/lanches de acordo com o especificado no item 3 do Termo de Referência deste Edital .**

## **9. DO PROCEDIMENTO**

**9.1.** No dia, hora e local designados neste instrumento, na presença dos interessados ou seus representantes legais, o Pregoeiro receberá os documentos de credenciamento, a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, e os envelopes contendo as propostas de preços (envelope 1) e os documentos de habilitação (envelope 2);

**9.2.** Depois da hora marcada, nenhum documento e/ou proposta serão recebidos pelo Pregoeiro, pelo que se



recomenda que todos os interessados em participar da licitação estejam no local designado 15 (quinze) minutos antes do referido horário, bem como de propostas/documentação que não se façam acompanhar de representante do licitante devidamente credenciado;

**9.3.** Após a verificação dos documentos de credenciamento dos representantes dos licitantes, serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, com exceção do preço, desclassificado-se as incompatíveis;

**9.4.** No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, até a proclamação do vencedor;

**9.4.1.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

**9.4.2.** Dos lances ofertados não caberá retratação;

**9.5.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos (havendo empate nesta condição todos participarão da etapa de lances verbais);

**9.6.** Em seguida será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

**9.7.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

**9.7.1. Os lances serão ofertados sobre o valor global por lote;**

**9.8.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

**9.9.** Caso não se realizem lances verbais por todos os licitantes, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

**9.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

**9.11.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

**9.12.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação apenas do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

**9.13.** No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante, dentre aqueles que participaram da etapa de lances verbais, atenda às condições fixadas neste edital;



**9.14.** Nas situações previstas nos subitens 9.9; 9.11 e 9.13, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

**9.15.** Verificado o atendimento das exigências fixadas neste edital, será classificada a ordem dos licitantes sendo declarado vencedor e adjudicatário que ocupar o primeiro lugar, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

**9.16.** Imediatamente após o questionamento por parte do Pregoeiro se há intenção de algum licitante em recorrer de alguma dos seus atos, e não havendo a referida intenção, os licitantes terão o prazo de 10 (dez) minutos para manifestarem o desejo de cotar os bens e/ou serviços com preços iguais ao apresentado pelo do licitante vencedor, conforme disposto no inciso I do Art. 11 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.

**9.16.1.** A aceitação de cotar os bens e/ou serviços com preços iguais ao apresentado pelo licitante vencedor de que trata o item 9.16, os mesmos serão registrado na ata da sessão pública.

**9.17.** O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes dos demais licitantes contendo os “Documentos de Habilitação”, durante prazo de validade das propostas de 60 (sessenta) dias a contar da apresentação no certame. Após, as empresas poderão retirá- los no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inutilização dos mesmos. Os licitantes que não se habilitarem para ofertar lances verbais poderão, ao encerramento da sessão, desde que não haja manifestação de interposição de recurso administrativo, retirar seus respectivos envelopes;

**9.18.** Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, sendo esta assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

## **10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**10.1.** Esta licitação é do **tipo menor preço global por lote**, em estrita observância do disposto no inciso V do art. 8º do Decreto nº 3.555/2000;

**10.2.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital;

**10.3.** Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, as propostas que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresentem o **menor preço global por lote**, observando-se o **preço máximo aceitável pela Administração que é de R\$ 161.321,50** (cento e sessenta e um mil reais e cinquenta centavos), sendo: **R\$ 143.521,50** (cento e quarenta e três mil quinhentos e vinte e um reais e cinquenta centavos) para o **lote 01**; **R\$ 17.800,00** (dezesete mil e oitocentos reais) para o **lote 02**. Preços coletados através de pesquisa de mercado realizada pela Gerência de Contratação, e sendo constatada a regularidade relativo a documentação, o Pregoeiro adjudicará o certame;

**10.4.** Havendo absoluta igualdade de valores entre duas ou mais propostas classificadas, após os lances verbais, se for o caso, o Pregoeiro procederá ao desempate, através de sorteio, na forma do disposto no § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93;

**10.5.** Critério de desempate com preferência de contratação para as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP:

**10.5.1.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**10.5.2.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da letra “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecido no subitem 10.5.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) na hipótese da não-contratação nos termos previstos na letra “a” deste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- e) o disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**10.6.** No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pelo licitante, prevalecerá este último, e entre o valor unitário e o global, se for o caso, prevalecerá o valor unitário.

## **11. DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**11.1.** No prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este instrumento convocatório, cuja petição deverá ser dirigida ao Pregoeiro;

**11.1.1.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**11.1.2.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

**11.2.** Declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, que se acolhido os motivos, lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais de cláculas, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos;

**11.3.** O(s) recurso(s), que não terá(ão) efeito suspensivo, será(ão) dirigido(s) à autoridade superior, Desembargador Presidente deste Tribunal de Justiça, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo;

**11.4.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**11.5.** decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o resultado da licitação, e autorizará, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores

**11.6.** A falta de manifestação imediata e motivada do(s) licitante(s) na sessão, importará a decadência do direito de recurso, devendo ser adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante classificado em primeiro lugar;

**11.7 –** É permitida aos licitantes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac simile, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita, observando-se o horário de



funcionamento deste Órgão, disposto no subitem 16.13;

**11.7.1** – A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues ao Pregoeiro, necessariamente, até vinte quatro horas (24) corridos da data da referida transmissão;

**11.7.2** – Quem fizer uso desse sistema de transmissão torna-se responsável pela qualidade e fidelidade dos materiais transmitido, bem assim por sua entrega ao Pregoeiro;

**11.7.3** – Sem prejuízo de outras sanções, o usuário do sistema terá o documento invalidado para todos os efeitos legais quando não houver perfeita concordância entre a cópia pelo fax simile e o original entregue ao Pregoeiro.

## **12. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será efetuado conforme o item 5, do TERMO DE REFERENCIA do Edital.

**12.2.** O pagamento será feita através da funcional programática **05.101.02.122.5046.4893.33.90.30/33.90.39** Fonte de recurso 100 e/ou **05.901.02.122.5046.4893.33.90.30/33.90.39** Fonte de Recurso 270.

## **13 – DAS SANÇÕES**

**13.1.** As sanções a serem aplicadas, quando for o caso, estão previstas no item 6, do Termo de Referência, em anexo ao Edital.

**13.2.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata ou contrato (ou documento substitutivo dos contratos ex vi do art.62 da Lei nº 8.666/93), no prazo de 05 dias úteis, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor global do objeto da licitação.

**13.4.** O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, e, se for o caso, descredenciado no SIREF – Sistema Integrado de Registro de Fornecedores da Secretaria de Administração deste Estado pelos órgãos competentes, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais;

**13.4.1.** Para os fins do acima constante, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**13.5.** A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o termo de contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

## **14. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** O Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública;

**14.2.** A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas;



**14.3.** Órgão Gerenciador é todo órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços;

**14.4.** Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa do procedimento licitatório para Registro de Preços, bem como integrante da futura Ata de Registro de Preços;

**14.5.** O Órgão Gerenciador do presente Registro de Preços será o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Gerência de Contratação deste Tribunal de Justiça;

**14.6.** O presente Registro de Preços terá validade máxima de 01 (um) ano, a contar de sua assinatura.

**14.7.** A existência do Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

**14.8.** O quantitativo decorrente das adesões a Ata de Registro de Preços gerada por este Pregão não poderá exceder, na totalidade, a 04 (quatro) vezes do quantitativo estimado por item e/ou lote;

**14.9.** Homologado o resultado da licitação, a Gerência de Contratação deste Tribunal de Justiça, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade;

**14.10.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer outro órgão da Administração Pública Estadual e Municipal que manifestar o interesse junto ao Órgão Gerenciador, observando-se as disposições contidas no item 14.6 do edital;

**14.11.** De acordo com o contido no inciso II do Art. 9º do Decreto Estadual nº 34.986/2014, a estimativa do quantitativo a ser adquirido ainda neste exercício, poderá chegar a 20% (vinte pontos percentuais), podendo o remanescente ser adquirido no exercício 2015. Atenção:

## **15. CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** Após a homologação da licitação, o registro de preço observará, entre outras, as seguintes condições:

**15.1.2.** Será incluído na respectiva ata o registro os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao apresentado pelo licitante vencedor, observada a sequência da classificação do certame.

**15.1.3.** O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado por meio do portal transparência, no sítio do Tribunal de Justiça da Paraíba, durante a vigência da respectiva ata.

**15.1.4.** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**15.1.5.** O registro a que se refere o item acima, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.

**15.1.6.** Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

**a)** os preços e quantitativos do licitante melhor classificado durante a etapa competitiva; e

**b)** os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar seus bens ou serviços em valor



igual ao do licitante mais bem classificado.

**15.1.7.** Se houver mais de um licitante na situação que trata a alínea “b”, do subitem 15.1.6 serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**15.2.** O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do Art. 15, da Lei 8.666/93.

**15.2.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, não sendo permitindo inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

**15.2.2.** A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será definida nos instrumentos convocatórios, observando o disposto no artigo 57, da lei 8.666/93.

**15.2.3.** Os contratos decorrentes dos registros de preços poderão ser alterados, observando o disposto do artigo 65, da lei 8.666/93.

**15.2.4.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preço deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preço;

**15.3.** Quando do cancelamento do registro do fornecedor em virtude da ocorrência de algumas das situações descritas nos arts. 20 e 21 do Decreto Estadual nº 34.986/2014, será analisada a documentação do primeiro colocado do cadastro de reserva, sendo a respectiva documentação digitalizadas e repassada ao demais licitantes que fazem parte do cadastro.

**15.4.1.** Será assegurado ao licitante classificado em primeiro lugar no respectivo cadastro a atualização da documentação que por ventura esteja com seu prazo de validade vencido.

## **16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Desembargador Presidente deste Tribunal de Justiça, autoridade máxima do Órgão;

**16.1.1.** No caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;

**16.2.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 18 do Decreto nº 3.555/2000;

**16.3.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceito sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem;

**16.4.** A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições, bem como na obrigatoriedade do recebimento da Nota de Compra e ou Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

**16.5.** O Pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo;

### **16.6. Não serão considerados motivos para:**

**16.6.1** Desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;

**16.6.2** Inabilitação, a falta das declarações das alíneas “c”, “d” e “e” do subitem 7.1.2.1 bem como as



alíneas “e”, “f” e “g” do subitem 7.1.2.2 do Edital, caso o representante da empresa esteja presente e faça constar o conteúdo da declaração exigida, na Ata de sessão.

**16.7.** As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança do fornecimento dos materiais;

**16.8.** Na hipótese de ocorrer lapso do licitante colocar a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, bem como qualquer documento pertinente à proposta de preços dentro do envelope de habilitação, ou vice versa, o respectivo envelope será entregue ao representante do licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que o citado documento se encontra no recinto, aplicando-se por analogia o disposto no subitem 5.5 acima;

**16.9.** O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

**16.10.** Os casos omissos nesta licitação serão resolvidos pelo Pregoeiro, que se baseará nas disposições contidas nas legislações citadas no preâmbulo deste edital;

**16.11.** Os autos do respectivo processo administrativo que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação;

**16.12.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 13 acima, sendo facultado a Administração do Tribunal de Justiça convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**16.13.** Informações adicionais poderão ser prestadas pelo Pregoeiro na sala da Comissão Permanente de Licitação através do telefone (83) 3216-1456 ou fax (83) 3216-1446 nos horários de funcionamento do Órgão de segunda a quinta feira de 13:00 às 18:00 horas e as sexta feiras das 8:00 às 18:00 horas.

João Pessoa (PB), 01 de agosto de 2016.

*Nelson de Espíndola Vasconcelos*  
Pregoeiro



## ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL

### 1 – OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de lanches, coquetéis, almoços e jantares para atendimento de eventos solenes oficiais, institucionais, inaugurações, aberturas e/ou encerramentos de eventos e/ou encontros, treinamentos, reuniões, cursos, seminários e visitas (a exemplo do Conhecendo o Judiciário) promovidos e/ou apoiados pelo Tribunal de Justiça em unidades da Grande João Pessoa.

### 2 – JUSTIFICATIVA:

2.1. Tendo em vista a duração de alguns dos cursos de capacitação ou reuniões realizados pelo TJ, o que gera a necessidade de fornecer alimentação aos servidores participantes, bem como as solenidades de maior relevância, realizadas por este órgão, faz-se necessária a contratação de empresa(s) para este fim. Ainda, durante a realização de encontros ou recepção de autoridades pelo TPJB, serão necessários os serviços de almoço e/ou jantar.

2.2. As quantidades de refeições especificadas neste termo foram informadas pela Gerência de Eventos e Cerimonial, considerando as seguintes estimativas:

LOTE 01 – LC 123/2006 (Ampla Concorrência)						
Item	Tipo de evento	Quant. de Eventos	Quantidade de pessoas	Valor p/pessoa	Quant. total de lanches a servir	Valor final
<b>Lanche 1</b>	Treinamentos, encontros (no seu decorrer), reuniões, cursos, seminários e visitas	55	21	31,50	1.155	36.382,50
	Reuniões técnicas	17	43	31,50	731	23.026,50
<b>Lanche 2</b>	Treinamentos, encontros (no seu decorrer), reuniões, cursos, seminários e visitas	55	21	17,50	1.155	20.212,50
	Reuniões técnicas	17	43	17,50	731	12.792,50
<b>Lanche 3</b>	Visitas realizadas através do projeto Conhecendo o Judiciário	15	61	10,50	915	9.607,50
<b>Coquetel</b>	Eventos solenes oficiais e institucionais, inaugurações, aberturas e/ou encerramentos de eventos e encontros	05	200	41,50	1.000	41.500,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01</b>						<b>R\$143.521,50</b>

LOTE 02 – LC 123/2006 (Ampla Concorrência)						
Item	Tipo de evento	Quant. de Eventos	Quantidade de pessoas	Valor p/pessoa	Quant. total de refeições a servir	Valor final
<b>Almoço e Jantar</b>	Visitas de autoridades e respectivas comitivas e outros	8	25	89,00	200	17.800,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02</b>						<b>R\$17.800,00</b>

2.3 VALOR GLOBAL ESTIMADO (LOTE 1 + LOTE2): R\$ 161.321,50 (cento e sessenta e um mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).

2.4 O modelo é baseado na quantidade de refeições efetivamente fornecidas, ou seja, pagamento mediante a quantidade demandada.

### 3 – DA ENTREGA DOS PRODUTOS:



3.1. A Contratada deverá entregar as refeições nos locais indicados pela Gerência de Eventos e Cerimonial.

3.2. Os produtos serão conferidos, quando de sua entrega e, se achado irregular, devolvido à empresa, que deverá substituí-lo no prazo de 01 (uma) hora, contado do recebimento da comunicação;

3.3. A Contratada, essencialmente, servirá os almoços e os jantares nas suas dependências.

3.3.1 A Contratada poderá servir o jantar, somente em ocasiões excepcionais nas dependências do Tribunal de Justiça;

3.4. A Contratada disponibilizará, no mínimo, um garçom para cada trinta convidados nos lanches e coquetéis.

3.5. Nos serviços de almoços e jantares, a Contratada deve disponibilizar de um garçom para cada grupo de quatro convidados;

3.6. O fornecedor deverá entregar as refeições em horários estipulados pela fiscalização do contrato, observando uma antecedência de 30 (trinta) minutos do horário das refeições, a fim de preparar o local e a maneira de servi-las;

3.7. A contratada será informada com 06 (seis) horas de antecedência, utilizando a Requisição de Refeição;

3.8. A atestação de conformidade da entrega das refeições caberá aos fiscais do contrato, conforme quadro abaixo, e na falta deste, por servidor formalmente designado para este fim;

3.9. O(s) representante(s) do TJPB anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados

#### **4 – CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ADJUDICAÇÃO DO OBJETO:**

4.1. Unidade Orçamentária – \_\_\_\_; Função – \_\_; Subfunção – \_\_; Programa – \_\_\_\_; Projeto/Atividade – \_\_\_\_ - \_\_\_\_; Natureza da Despesa – \_\_\_\_ - \_\_\_\_; Fonte de Recurso – 00 e/ou Unidade Orçamentária – \_\_\_\_; Função – \_\_; Subfunção – \_\_; Programa – \_\_\_\_; Projeto/Atividade – \_\_\_\_ - \_\_\_\_; Natureza da Despesa – \_\_\_\_ - \_\_\_\_; Fonte de Recurso – 70.

**ADJUDICAÇÃO DO OBJETO:** ( ) Global (X) Por lote

**TIPO DE EMPENHO:** Ordinário

#### **5 – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:**

5.1. A CONTRATADA deve apresentar, após o recebimento definitivo do objeto, nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, mencionando o número da Nota de Empenho, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização centralizada do contrato (Gerência de Eventos e Cerimonial), para fins de liquidação e pagamento da execução dos serviços.

- a) Certidão ou certificados de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede; Certidão Conjunta da Receita Federal, Declaração Negativa de Débitos Trabalhistas.
- b) Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, se for o caso;

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das si-



tuações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

atestação de conformidade do serviço executado;

apresentação da comprovação discriminada no item 1.

5.3. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste termo de referência.

5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 5,84%.

## 6 – SANÇÕES:

6.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, o FORNECEDOR ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa de:

- a) 1% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material e/ou prestação de serviço, limitado a 10 (dez) ocorrências;
- b) 15% (quinze por cento) sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material e/ou prestação de serviço superior a 10 (dez) ocorrências, na hipótese da aceitação do objeto pela Administração;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material e/ou prestação do serviço superior a 10 (dez) ocorrências, na hipótese de não aceitação do objeto pela Administração, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total da ordem de fornecimento emitida;
- d) 1% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado para substituição de material e/ou correção dos serviços que não atender os requisitos do edital, limitado a 10 (dez) ocorrências;
- e) 15% (quinze por cento) sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado, superior a 10 (dez) ocorrências, para substituição de material e/ou correção dos serviços que não atendam os requisitos do edital, na hipótese da aceitação do objeto pela Administração;
- f) 20% (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado, superior a 10 (dez) ocorrên-



cias, para substituição de material e/ou correção dos serviços que não atendam os requisitos do edital, na hipótese de não aceitação do objeto pela Administração, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total da ordem de fornecimento emitida;

g) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da Ata de Registro de Preços, no caso de não aceitar manter o compromisso assumido quanto aos preços registrados, sem prejuízo das demais consequências oriundas da rescisão unilateral da avença;

6.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, quando a CONTRATADA:

- a) Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- b) Fraudar no fornecimento do objeto da contratação;
- c) apresentar comportamento inidôneo;

6.2. Para os fins do item 6.1.3 alínea “c” reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

6.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao beneficiário da nota de empenho.

6.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o beneficiário da nota de empenho obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

6.5. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas, cumulativamente, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registro de Preços e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato (ou documento substitutivo dos contratos *ex vi* do art. 62 da Lei 8.666/93), deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, e sendo, conseqüentemente, descredenciado no SIREF do Estado da Paraíba.

6.6. Será remetida à Central de Compras do Estado da Paraíba, cópia do ato que aplicar a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral, como também ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento do impedimento.

6.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata ou contrato (ou documento substitutivo dos contratos *ex vi* do art.62 da Lei nº 8.666/93), no prazo de 05 dias úteis, contados da notificação do contratante/órgão gerenciador, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

6.8. Além das penalidades tratadas nos itens da presente cláusula, poderá a Administração aplicar, cumulativamente, as medidas previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.

## **7 – DOS ENCARGOS DAS PARTES:**

7.1. As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. O beneficiário da nota de empenho deve:

- (a) manter, durante a vigência do avençado, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TJPB a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- (b) responder pelos danos causados diretamente ao TJPB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo fornecimento do objeto e na prestação da garantia;
- (c) respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TJPB.

7.3. São expressamente vedadas ao beneficiário da nota de empenho:

- a) a veiculação de publicidade acerca deste fornecimento e da respectiva prestação da ga-



rantia, salvo se houver prévia autorização do TJPB;

- b) a subcontratação para a execução do fornecimento do objeto;
- c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJPB, durante a vigência desta avença.

7.4. O TJPB deve:

- a) expedir a ordem de fornecimento;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor para a fiel execução do avençado;
- c) receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- d) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **8 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

8.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, Pessoas Jurídicas, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Termo de Referência.

8.1.1. Os serviços do Lote 01, poderão ser realizados na Grande João Pessoa.

8.1.2. Os serviços do Lote 02, serão executados somente em João Pessoa.

## **9 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

9.1. A Licitante Vencedora deverá apresentar, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, a Licença de Funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

9.2. A Licitante vencedora deverá dispor de Nutricionista, Maître e segurança ou comprometer-se a contratar tais profissionais, quando da realização dos eventos de que trata o Lote 02, sem que represente qualquer ônus adicional à Contratante.

## **10 – UNIDADE FISCALIZADORA:**

10.1. Gerência de Eventos e Cerimonial.

## **11 – UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

11.1. GECON – Gerência de Contratação.

Em João Pessoa, 18 de julho de 2016.

Eugênia Maria da Silva  
Técnico Judiciário

José Carlos Lopes Fernandes  
Gerente de Contratação

APROVAÇÃO

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Pela Gerência de Eventos e Cerimonial

## Anexo

### LOTE 1

#### LANCHE 1

**CARDÁPIO:**

**COMIDAS:**

Três (3) tipos de bolos caseiros; dois (2) tipos de mini-sanduíches; pães de queijo; dois (2) tipos de biscoitos salgados; dois (2) tipos de mini-quiches ou tortas salgadas de frango, bacalhau ou camarão; pão gelado; dois (2) tipos de empadas; charutos de bacalhau; dois (2) tipos de pastéis de forno; tartelettes; dois (2) tipos de folhados; canudos de camarão; dois (2) tipos de biscoitos doces.

**BEBIDAS:**

água; dois (2) tipos de refrigerantes; achocolatados (marcas de referência: Nescau/Toddy/Ovomaltine); leite quente; café (marcas de referência: São Braz/Pilão/Café do Ponto/Três Corações); dois (2) tipos de suco natural da fruta; gelo; açúcar e adoçante.

#### LANCHE 2

**CARDÁPIO:**

**COMIDAS:**

Três (3) tipos de bolos caseiros; salada de frutas; três (3) tipos de pães, como, por exemplo, mini-pão francês, croissant e pão de queijo; biscoitos finos variados, com, no mínimo, dois (2) tipos; quatro (4) opções de frutas; presunto de peru light e comum; duas (2) opções de queijo.

**BEBIDAS:**

água; dois (2) tipos de suco natural da fruta; um (1) tipo de chá; 2 (dois) tipos de refrigerantes; achocolatados (marcas de referência: Nescau/Toddy/Ovomaltine); café (marcas de referência: São Braz/Pilão/Café do Ponto/Três Corações); dois (2) sabores de iogurte; gelo; açúcar e adoçante.

#### LANCHE 3

**CARDÁPIO:**

**COMIDAS:**

Kit servido em embalagem plástica contendo: um sanduíche natural (no mínimo duas opções), uma fatia de bolo de laranja ou formigueiro e uma fruta (referência de tamanho da fruta: banana, maçã, pera etc.)

**BEBIDAS:**

Água, pelo menos duas opções de refrigerantes e duas opções de sucos naturais de fruta.

#### COQUETEL



**CARDÁPIO:**

I. SALGADOS: empadas de camarão de forno; empadas de banana com canela; empadas de camarão com massas finas; empadas de queijo parmesão; pastéis de carne com açúcar; pastéis de queijo do reino; pastéis de frango de forno; pastéis de queijo com goiabada e canela (romeu e julieta); coxinha; canudo de camarão (cigano); carolina de camarão; carolina de frango; cornoscópio de camarão; charuto de queijo; quiche de frango com catupiry; quiche de 4 queijos; quiche de camarão; quiche lorraine; barquete de bacalhau; bolinho de bacalhau; barquete de salmão; tartelete de bacalhau; tartelete de salmão; tartelete de queijo do reino; vou-au-vente de camarão; vol-au-vent

de bacalhau; risole de frango.

II. CANAPÉS: salmão; camarão; queijo e azeitona; atum; bacalhau; tomate seco; frango e kani; ricota com espinafre; salaminho; queijo cheddar; queijo gorgonzola; cream cheese

; presunto.

III. BRIOCHES RECHEADOS: camarão; charque; frango; queijo; bacalhau.

IV. TORTAS SALGADAS: frango; camarão; bacalhau; palmito; espinafre.

V. TÁBUAS DE FRIOS: queijo variados (emmental, edam, gorgonzola, gouda e gruyère); salaminho italiano; azeitonas; presunto de peru.

VI. PRATOS QUENTES: rocambole de camarão; rocambole de bacalhau; rocambole de carne moída; creme de bacalhau (gratinado); creme de frango (gratinado); creme de camarão (gratinado); canelone ao forno de carne; canelone ao forno de frango; canelone aos 4 queijos; escondidinho de purê de macaxeira gratinado com charque desfiado acebolado; terrine de salmão.

VII. SALADAS: salpicão de frango; maionese de camarão com batatas; saladas de bacalhau com batatas; salada tropical à base de frango defumado com frutas e maionese.

VIII. SOBREMESA GELADA: cheesecake de morango, de goiaba, de limão ou de maracujá; delícia de abacaxi; mousse de limão, de chocolate, de morango com chocolate; creme de sonho de valsa; delícia de ameixa; trufas variadas.

IX. FRUTAS VARIADAS DA ESTAÇÃO: laranja mimo do céu à francesa; morango; abacaxi; uvas (verde e roxa); kiwi; ameixa; mamão.

X. DOCES VARIADOS: brigadeiro; maçãzinha; moranguinho; beijinho; bem casado; tortinha de goiaba; uvinha; quidim.

XI. TORTAS DOCES E BOLOS: bolo de rolo; bolo inglês; bolo de banana com canela; bolo de ameixa; torta dois amores; torta de brigadeiro; torta de nozes; torta sonho de valsa.

XII. BEBIDAS: água; pelo menos dois (2) tipos de refrigerantes; pelo menos dois (2) tipos de sucos de frutas; pelo menos um (1) tipo de coquetel de frutas sem álcool.

**LOTE 2**

**ALMOÇO OU JANTAR À LA CARTE INDIVIDUAL**

**CARDÁPIO:**

– O serviço deverá ser o tipo empratado. Os pratos devem vir todos montados da cozinha, decorados e elaborados e são servidos pelos garçons pelo lado esquerdo do convidado;  
– o serviço compõe-se, basicamente, de uma opção entrada fria, duas opções de entradas quentes, duas opções de pratos principais e sobremesa;

– as bebidas sugeridas compõem-se, basicamente, de: água mineral (com e sem gás), dois tipos de refrigerantes e dois tipos de sucos de fruta naturais;

- a equipe de trabalho será ajustada de acordo com o quantitativo de convidados, sem perder de vista a qualidade do serviço e considerando a presença mínima de maître, cozinheiro,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO  
**EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – Nº 010/2016**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 369.725-8

copeiro, auxiliar de cozinha e um garçom para cada grupo de quatro convidados;  
– ao final de cada evento, na saída, deverão ser servidos cafés, chás, bombons, trufas de chocolate e petit fours.



## ANEXO II- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_/2016/TJPB  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.**  
ATA Nº \_\_\_\_\_/2016

Aos \_\_\_\_\_ dia(s) do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, inscrito no CNPJ (MF) nº 09.283.185/0001-63, com sede na Praça João Pessoa, s/n, Centro, nesta Capital, neste ato representado por sua Presidente, DESEMBARGADOR MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, denominado Órgão Gerenciador, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, localizada na Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, João Pessoa/PB, CEP.: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, o Sr. \_\_\_\_\_, denominada FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente instrumento de REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e dos Decretos Estadual nº 34.986/2014 e Federal nº 7.892/2013, tendo em vista o decidido no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2016 – Processo Administrativo nº 369725-8, mediante as cláusulas e condições seguintes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada em serviços de lanches, coquetéis, almoços e jantares para atendimento de eventos solenes oficiais, institucionais, inaugurações, aberturas e/ou encerramentos de eventos e/ou encontros, treinamentos, reuniões, cursos, seminários e visitas (a exemplo do Conhecendo o Judiciário) promovidos e/ou apoiado pelo Tribunal de Justiça em unidades da Grande João Pessoa.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

2.1 – Integra a presente Ata de Registro de Preços o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na qualidade de órgão gerenciador.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE

3.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12(doze) meses contados da data da sua assinatura.

3.2 – Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o TJPB não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.3 – Será incluído na presente ata, **se for o caso**, o registro da(s) empresa(s) que aceitar (em) cotar o produto com preço igual ao do licitante vencedor na sequência de classificação do certame, cuja ordem de classificação desses licitantes deverá ser respeitada nas contratações.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.1 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da Ata.

#### 4.2 – Obriga-se, ainda, o órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Convocar o fornecedor registrado via carta com aviso de recebimento ou *e-mail*, para assinatura da ARP ou, ainda, enviar o instrumento por via postal (com AR) para assinatura;



- c) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, bem ainda procedimento de aplicação de penalidades;
- e) Consultar os fornecedores registrados – observada a ordem de classificação – quanto ao interesse em fornecimento do (s) objeto (s) a outro (s) órgão (ãos) da Administração Pública que externe (m) a intenção de utilizar a presente ARP;

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

### **5.1 – O FORNECEDOR obriga-se a:**

- a) Assinar a presente ARP, bem como os contratos (ou documento substitutivo dos contratos *ex vi* do art. 62 da Lei 8.666/93) dela decorrentes, quando for o caso, além da retirada da respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação/notificação;
- b) Entregar o(s) produto(s) solicitado(s) no prazo e forma definidos no Termo de Referência;
- c) Fornecer o(s) produto(s) conforme especificações e preços registrados na presente ARP;
- d) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo órgão gerenciador ou integrante, referentes às condições firmadas na presente ARP;
- e) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas;
- f) Informar, no prazo máximo de 02(duas) horas, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha manifestar o interesse de utilizar a presente ARP, desde que não comprometa a capacidade de fornecimento assumida na Ata de Registro de Preços;
- g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a outro órgão não participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 – Caberá a Gerência de Apoio Operacional o acompanhamento ao atendimento a todas as cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços, bem como todas as definições estabelecidas no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA E DA GARANTIA DOS ALIMENTOS**

7.1 – Sem prejuízo das obrigações estabelecidas na Cláusula Quinta o fornecedor deverá:

- a) Substituir o(s) produto(s) objeto da presente ARP danificado(s) durante o transporte, ou que, no prazo da garantia, apresente(m) falha(s) ou defeito(s);
- b) O (s) produto (s) só serão recebidos definitivamente depois do cumprimento das exigências previstas no item “3” do Termo de Referência denominado “**DA ENTREGA DOS PRODUTOS**”.

7.2 – O objeto licitado será submetido a uma inspeção e vistoria durante a entrega, sendo rejeitados os que não atenderem as especificações e normas técnicas, ficando a licitante vencedora na obrigação de entregar outros em perfeito estado, bem como no dever de apresentar documentos que comprovem a origem, quando solicitada pelos servidores e/ou técnicos.

7.3 – No caso de alimentação rejeitada, o fornecedor deverá providenciar a imediata correção/troca, dentro do prazo máximo de 1 (uma) hora, sob pena de ser aplicada multa na forma da Cláusula Décima Sexta.

7.4 – Por ocasião de eventos previstos no Lote 2, o fornecedor deverá dispor de nutricionista, maître e segurança ou comprometer-se a contratar tais profissionais, sem que represente qualquer ônus adicional a Contratante.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

8.1 – O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.



**8.2** – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

**8.3** – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, a 4(quatro) vezes o quantitativo de cada item e/ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**8.4** – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**8.5 – Obriga-se, ainda, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE:**

- a) - Consultar previamente o Órgão Gerenciador no intuito de obter informações necessárias aos serviços/materiais pretendidos, e, em especial, o teor da presente ARP e eventuais alterações;
- b) - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no Edital do certame e na presente ARP, informando ao Órgão Gerenciador qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular, a fim de que sejam adotadas pelo TJPB as penalidades cabíveis à espécie.

## CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

**9.1** – Os preços, as quantidades e as especificações do(s) alimento/bens registrados nesta Ata encontram-se indicados no seguinte quadro:

LOTE 01 – LC 123/2006 (Ampla Concorrência)						
Item	Evento	Quant. de Eventos	Quant. de pessoas	Valor por pessoa	Quant. total de lanches a servir	Valor final
Lanche 1	Treinamentos, encontros (no seu decorrer), reuniões, cursos, seminários e visitas	55	21		1.155	
	Reuniões técnicas	17	43		731	
Lanche 2	Treinamentos, encontros (no seu decorrer), reuniões, cursos, seminários e visitas	55	21		1.155	
	Reuniões técnicas	17	43		731	
Lanche 3	Visitas realizadas através do projeto Conhecendo o Judiciário	15	61		915	
Coquetel	Eventos solenes oficiais e institucionais, inaugurações, aberturas e/ou encerramentos de eventos e encontros	05	200		1.000	
VALOR TOTAL DO LOTE 01						

LOTE 02 – LC 123/2006 (Ampla Concorrência)						
Item	Evento	Quant. de Eventos	Quant. de pessoas	Valor por pessoa	Quant. total de lanches a servir	Valor final
Almoço e Jantar	Visitas de autoridades e respectivas comitivas e outros	8	25	89,00	200	
VALOR TOTAL DO LOTE 02						

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

**10.1** – O fornecedor deve apresentar, após o recebimento definitivo do objeto, nota fiscal/fatura com a indicação do número da correspondente nota de empenho, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento da execução do serviço.

**10.1.1** – Além da nota fiscal, deve apresentar também os seguintes documentos:



- c) Certidão ou certificados de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede; Certidão Conjunta da Receita Federal, Declaração Negativa de Débitos Trabalhistas.
- d) Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, se for o caso;

**10.2** – O pagamento será efetuado pelo contratante no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do fornecedor.

**10.3** – Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

a) atestação de conformidade do objeto contratado;

b) apresentação da comprovação discriminada no item 10.1 (subitem 10.1.1).

**10.4** – O contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor/contratado, nos termos deste termo de referência.

**10.5** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor/contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016, assim apurado:

$I = 5,84/100/365$        $I = 0,00016$

Onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 5,84%.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**11.1** – A existência da Ata de Registro de Preço não obriga o órgão gerenciador a firmar as futuras contratações de serviços com vencedor do certame do SRP, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação/aquisição, assegurando ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE**

**12.1** – Os preços, quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do TJPB, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ACRÉSCIMOS QUANTITATIVOS**

**13.1** – A administração poderá efetuar os acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, nos termos de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

**14.1** – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**14.2** – Nos procedimentos de revisão aplicar-se-ão os comandos dos arts. 18 e 19 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.



## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1** – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

### **I – Por iniciativa da Administração, quando:**

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar ou recusar-se a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d) não manter as condições de habilitação e compatibilidade;
- e) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- f) em razões de interesse público, devidamente justificado.

### **II – Por iniciativa do próprio Fornecedor:**

a) quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste registro de preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo Órgão Gerenciador, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução da relação contratual.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do representante do órgão gerenciador.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES**

**16.1.** Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, o FORNECEDOR ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

**16.1.1.** Advertência;

**16.1.2.** Multa de:

- a) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material e/ou prestação de serviço, limitado a 10 (dez) dias;
- b) 15% (quinze por cento) sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material e/ou prestação de serviço superior a 10 (dez) dias, na hipótese da aceitação do objeto pela Administração;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material e/ou prestação do serviço superior a 10 (dez) dias, na hipótese de não aceitação do objeto pela Administração, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total da ordem de fornecimento emitida;
- d) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado para substituição de material e/ou correção dos serviços que não atender os requisitos do edital, limitado a 10 (dez) dias;
- e) 15% (quinze por cento) sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado, superior a 10 (dez) dias, para substituição de material e/ou correção dos serviços que não atendam os requisitos do edital, na hipótese da aceitação do objeto pela Administração;
- f) 20% (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho relativa à ordem de fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado, superior a 10 (dez) dias, para substituição de material e/ou correção dos serviços que não atendam os requisitos do edital, na hipótese de não aceitação do objeto pela Administração, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total da ordem de fornecimento emitida;
- g) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da Ata de Registro de Preços, no caso de não aceitar manter o compromisso assumido quanto aos preços registrados, sem prejuízo das demais consequências oriundas da rescisão unilateral da avença;

**16.1.3.** Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, quando a CONTRATADA:



- a) Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- b) Fraudar no fornecimento do objeto da contratação;
- c) apresentar comportamento inidôneo;

**16.2.** Para os fins do item **16.1.3** alínea “c” reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**16.3.** O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao beneficiário da nota de empenho.

**16.4.** Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o beneficiário da nota de empenho obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

**16.5.** As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas, cumulativamente, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registro de Preços e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato (ou documento substitutivo dos contratos *ex vi* do art. 62 da Lei 8.666/93), deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, e sendo, conseqüentemente, descredenciado no SIREF do Estado da Paraíba.

**16.6.** Será remetida à Central de Compras do Estado da Paraíba, cópia do ato que aplicar a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral, como também ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento do impedimento.

**16.7.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata ou contrato (ou documento substitutivo dos contratos *ex vi* do art.62 da Lei nº 8.666/93), no prazo de 05 dias úteis, contados da notificação do contratante/órgão gerenciador, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

**16.8.** Além das penalidades tratadas nos itens da presente cláusula, poderá a Administração aplicar, cumulativamente, as medidas previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOCUMENTAÇÃO**

**17.1** – A presente ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados:

- e) Processo Administrativo N.º 369.725-8;
- f) Edital do Pregão Presencial N.º \_\_\_/2016 – TJPB e anexos;
- g) Proposta comercial do fornecedor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – QUADRO DE CADASTRO DE RESERVAS**

**18.1** – As empresas, os preços, as quantidades e as especificações do(s) objetos/bens registrados neste quadro, fazem parte da lista que compõem o cadastro de reserva, tendo em vista o contido no inciso I ao Art. 11 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA-DO FORO**

**19.1** – Para dirimir as questões da presente Ata de Registro de Preços, as partes elegem o foro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelo representante legal do Órgão Gerenciador e do Fornecedor indicado acima.

João Pessoa, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016



DESEMBARGADOR MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE  
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

\_\_\_\_\_  
FORNECEDOR

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ CPF.: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_ CPF.: \_\_\_\_\_

**ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
CADASTRO DE RESERVA**

Ordem de classificação	Fornecedor	Marca/modelo do objeto ofertado	CNPJ	Endereço	Representante legal	Informações para contato (telefone, e-mail, etc)
1º						
2º						



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO  
**EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – Nº 010/2016**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 369.725-8

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO - ( NAO SE APLICA)**



## **ANEXO IV MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

(usar papel timbrado da empresa)

Local e data

Ao  
Pregoeiro do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba  
João Pessoa (PB)

Senhor Pregoeiro,

Pela presente, designamos o Sr.(a) \_\_\_\_\_,  
portador (a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela SSP do Estado de \_\_\_\_\_, para  
nos representar no processo licitatório relativo ao Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2016, podendo o mesmo formular  
lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar documentos, renunciar o  
direito de recurso e impugnação, assinar atas, recorrer de decisões administrativas e, enfim, praticar todos os  
atos inerentes à referida licitação.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**OBSERVAÇÃO** – O presente documento deverá vir acompanhado, conforme o caso, de um dos documentos  
citados no subitem 5.1.1 do edital, para fins de confirmação de poderes para subscrevê-la.



## ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO

### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF ou CPC nº. \_\_\_\_\_, sediada no (a) \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

João Pessoa - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal da empresa)

OBSERVAÇÃO – A presente declaração deverá estar contida no envelope 02 (Documentação), depois de elaborada em papel timbrado do licitante e devidamente assinada.



## ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MÃO DE OBRA INFANTIL

### DECLARAÇÃO

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para efeito de participação no processo licitatório pertinente ao Pregão Presencial nº \_\_/2016 do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, bem assim para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ( )

OBS: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

OBSERVAÇÃO – A presente declaração deverá estar contida no envelope 02 (Documentação), depois de elaborada em papel timbrado do licitante e devidamente assinada.



## ANEXO VII– MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

### DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, estar ciente plenamente dos requisitos de habilitação para participar do procedimento licitatório Pregão Presencial nº \_\_/2016 do Tribunal de Justiça da Paraíba.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

OBSERVAÇÃO – O presente documento deverá ser entregue na abertura da sessão de licitação, depois de elaborado em papel timbrado do licitante e devidamente assinado, sendo apresentado separadamente da documentação de credenciamento e dos envelopes (1 e 2).



**ANEXO VIII – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO QUE NÃO EMPREGA CÔNJUGE OU PARENTE DE OCUPANTES DE CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO, DE MEMBRO, JUIZ OU DESEMBARGADOR VINCULADO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**

TERMO DE COMPROMISSO

Através deste instrumento, assumo compromisso de não permitir ingresso nos quadros da minha empresa de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do serviço de fornecimento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, nos termos do item 4.2.3 do Edital.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

**OBSERVAÇÃO** – A presente declaração deverá estar contida no envelope 02 (Documentação), depois de elaborada em papel timbrado do licitante e devidamente assinada.



## ANEXO IX - GUIA DE REQUISIÇÃO DE LANCHES

### GUIA DE REQUISIÇÃO DE LANCHES

Órgão/Unidade Requisitante:

Quantidade de LANCHES:	Quantidade de Refrigerante:	Tipo de LANCHES:
Motivo/Justificativa:		

Autorizamos o fornecimento de ----- ao órgão abaixo relacionado, ficando as despesas em favor da Empresa vencedora do certame.

Endereço para entrega da Nota Fiscal de Serviços:	Responsável pela autorização
	local-----data-----  carimbo e assinatura -----



## ANEXO X

### RECIBO

Recebi do Tribunal de Justiça da Paraíba uma cópia do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016, que tem por objeto desta licitação é contratação eventual e futura de empresa especializada em serviços de lanches, coquetéis, almoços e jantares para atendimento de eventos solenes oficiais, institucionais, inaugurações, aberturas e/ou encerramentos de eventos e/ou encontros, treinamentos, reuniões, cursos, seminários e visitas (a exemplo do Conhecendo o Judiciário) promovidos e/ou apoiados pelo Tribunal de Justiça e em unidades da Grande João Pessoa.

Razão Social/Denominação: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

João Pessoa (PB), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**OBS:** Visando comunicação futura entre este Tribunal de Justiça e essa empresa, solicitamos de Vossa Senhoria, preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitação por meio do fax (083) 3216-1456